



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681417 - SP (2021/0226872-4)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR  
CONVOCA DO TRF 1ª REGIÃO)  
**IMPETRANTE** : FABIO HENRIQUE BORGES  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FABIO HENRIQUE BORGES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABIO HENRIQUE BORGES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (EXECUÇÃO n. 0002639-54.2016.8.26.0996).

O paciente informa que cumpre pena de 16 anos e 4 meses de reclusão, no regime fechado.

Destaca fazer jus ao benefício da progressão de regime, nos termos do 112 da Lei de Execução Penal, em razão do cumprimento de porcentagem superior a 1/4 da pena.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja deferida a progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou a cópia do acórdão impugnado. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência